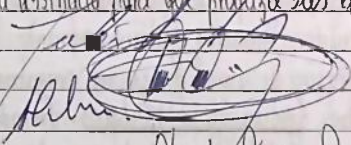
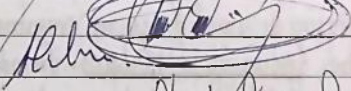



da de Parvalho, Eduardo Corria Kita, Emanuel Fernandes Frere da Silva, Gustavo Antô-  
nio Guimarães Brangança, Jânio dos Santos Rendez, Luis Carlos Lobo, Paulo César  
da Silva Almeida, Ricardo Ferrero da Fonseca, Rui Machado de Faria e Valay Rodri-  
gues da Silva. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a  
presente Sessão em nome de Deus. O requer, foi aprovado favorável em  
Pontos das Comissões de Constituição e Justiça, Finanças, Documento, Legislação e  
missão de redigir final aos seguintes projetos: Projeto de lei nº 015/2003. Mensagem  
nº 091/2003 e Projeto de lei nº 016/2003. Mensagem nº 10/2003. Nada mais havendo a  
tratar, o Senhor Presidente encerra a presente Sessão em nome de Deus. E, para  
completar, mandou que se lavresse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apre-  
ciação final, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

+   
 +   
 + 

Ata da décima quinta Sessão Ordinária  
do Primeiro Período Legislativo do Câmu-  
ra Municipal de Cabo Frio, realizada no  
dia 22 (vinte e dois) de abril do ano de  
2003 (dois mil e três).

Após dezoito horas do dia 22 (vinte e dois)  
de abril do ano de 2003 (dois mil e três) sob a presidência do vereador Antônio Carlos de  
Parvalho (condrad) e com o comparecimento da maioria Secundária "ad hoc" pelo vereador Jânio  
dos Santos Rendez, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Após  
dezois, responderam a chamado regimental os seguintes vereadores: Guy Silva da Rocha  
Pires, Bruno de Figueiredo, Amaury Valério Thomas Júnior, Augusto Salvador Miranda de  
Parvalho, Eduardo Corria Kita, Emanuel Fernandes Frere da Silva, Gustavo Antônio  
Guimarães Brangança, José Eduardo Silva de Almeida, Luis Carlos Lobo, Paulo César  
da Silva Almeida, Ricardo Ferrero da Fonseca, Rui Machado de Faria, Vilas Rodrigues  
Brito e Valay Rodrigues da Silva. Havendo número regimental o Senhor Presidente  
declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. O requer, foram lidas e aprovadas  
os seguintes Atas: Ata da décima quarta Sessão Ordinária do Primeiro Período Legi-  
slativo e Ata da décima quinta Sessão Extraordinária do Primeiro Período Legislativo e re-

que, o Senhor Presidente após o cumprimento do rito regimental soluciona ao Senhor  
Senhor Vereador "ad hoc" a leitura do Expediente que consoa do seguinte: Projeto de  
Lei nº 005/2003 - Vereador Emanuel Fernando, assunto: Considera de Utilidade Pública  
Bunvepal o Instituto Social Educativo. Requerimento nº 042/2003 - Vereador Amaury  
Valério, assunto: requer entrega de Boiões de Hepatite e Opifonia dos Fortes, por  
dificultar informações a Imprensa sobre o acidente ocorrido no dia 19 de abril, em  
a embarcação Tona Galca. Requerimento nº 043/2003 - Vereador Em Noel Fernando,  
assunto: requer entrega de Boiões de Glaucoma à Associação Desportiva Subofrense,  
pelos serviços prestados ao nosso Município. Indicação nº 192/2003 - Vereador Amaury  
Valério, assunto: solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal a construção de uma  
rampa móvel para deficientes físicos na Praça de Cultura José de Almeida. Indica-  
ção nº 193/2003 - Vereador Amaury Valério, assunto: solicita ao Excmº Senhor Prefe-  
to Municipal a construção de uma praça no cruzamento das Ruas Granito e Liza-  
tal, no Bairro Joãozinho. Indicação nº 194/2003 - Vereador Amaury Valério, assunto:  
solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal a construção de uma praça na esquina  
das Ruas Granito e Coronel Ferreira, no Bairro Joãozinho. Indicação nº 195/2003  
Vereador Amaury Valério, assunto: solicita ao Senhor Prefeito Municipal a constru-  
ção de rampas para deficientes físicos na praça onde se localiza o Teatro Municipal.  
Indicação nº 205/2003 - Vereador Emanuel Fernando, assunto: solicita ao Excmº Se-  
nhor Prefeito Municipal a colocação de redutores de velocidade (bancos) ao longo  
da Av. Espadarte, no setor Peminho Verde, Bairro Novo. Terminada a leitura do  
Expediente, o Senhor Presidente franqueou a tribuna aos Vereadores inscritos. Não ha-  
vendo Vereadores inscritos para o uso da tribuna, o Senhor Presidente conduziu os tra-  
balhos para o Ordem do Dia. Nesta etapa, foram retirados pelo presidente do conselho os  
requerimentos nº 002 e 004/2003 e a Indicação nº 022/2003. Foi aprovado o requeri-  
mento de Urgência nº 041/2003 para que as Comissões Científicas embaixem parecer em  
relatório ao Projeto de Lei nº 005/2003. Foram aprovados os requerimentos nº 042, e  
043/2003 e as Indicações nº 192, 193, 194, 195 e 205/2003. Terminado o Ordem do  
Dia, o Senhor Presidente franqueou a tribuna para o Expediente Geral. Abriu-  
se a tribuna em Expediente Geral o Vereador Fábio dos Santos Mendes, que inicialmente  
em alusão ao naufrágio do embarcação Tona Galca no dia 19 do mês em curso,  
destacou as dificuldades encontradas pela imprensa para obter informações e que tal  
fato deveria merecer uma reflexão na medida em que tanto os profissionais da



imprensa quanto a população eram obrigados a ter conhecimentos de apenas um lado das informações veiculadas por por alguns canais de comunicação. Adiante, manifestou o seu profundo pesar pelo terrível acontecimento quando os vizinhos haviam sido esfaqueados no que prometia ser um alegre passeio de barco. Somentou a seguir, a preocupação de alguns setores do Município quanto a imagem do Estado visto o sua associação turística na medida em que tais acontecimentos eram possíveis de ocorrerem em qualquer lugar do mundo. Enfatizou que tal preocupação não havia sido demonstrada quando os cenos terríveis do Tubarão eram mostrados em rede nacional com grandiosismo, arrolância e outros atos, em evento promovido e patrocinado pelo Poder Público do Município, observando que tal desalinhamento denegava a imagem de Cabo Frio. A seguir, comentou que a fatalidade, o destino eram compreensíveis e que dejetos sódios deveriam ser tirados lições para que o Município tivesse Políticas Públicas permitindo que o profissionalismo fosse o ponto central para a consolidação de tal associação. Disse ser necessário que a Capitania dos Portos aguçasse vigorosamente o acidente, e que as autoridades não se perdessem em ações imediatas como o fechamento do estaleiro que reformura o Tona Galea. Destacou ainda, que a embarcação fora reformada ou modificada, mas que o licenciamento e todo procedimento legal quanto a navegabilidade, empunha a Capitania dos Portos. Disse ser fundamental que diante de quadro tão triste, o equilíbrio, a responsabilidade e a referência de tantos vidas perdidas presentes ou melhor estivessem presentes em todos os procedimentos a serem adotados. Registrou que a Cidade de Cabo Frio através de suas autoridades constituídas fora solidária e da mesma forma destacava o comprometimento do povo cabofriense. Continuando, requereu que o deputado empossado desse documento de pesar e solidariedade a todos os reguladores, funcionários atingidos com o perda dos seus cidadãos, demonstrando que Cabo Frio era uma cidade que dedicava a seus visitantes a sua cortesia, calor humano, acolhendo a todos em carinho e amor, característicos do seu povo. Afirmou não ser necessário a preocupação com o desgaste de Cabo Frio como cidade turística, pois, a mídia fazia uma leitura correta do fato divulgando-o apenas como notícia, e reportando-se a uma máxima do Presidente Americano Franklin Delano Roosevelt, que disse: "good news, no news" ou seja, boa notícia não é notícia, ou a notícia que vendida é que movimentava os circuitos de comunicação. Ivo sempre a má notícia demorou o falecimento de um jovem cabofriense ocorrendo

dias atrás quando o ônibus em que viajava para Vitória no Espírito Santo foi atingido por um bloco de granito desprendido de um caminhão, e assim, mais uma tragédia se consumara, a exemplo de tantos outros acidentes registrados pelo mídia. Disse que diante de tais situações era evidente que as empresas de ônibus envolvidas em acidentes não iriam deixar de operar. Encerrou sua fala manifestando seu profundo pesar pelo naufrágio do Tona Galea. A seguir, duplê e tribuna o Vereador Amaury Volpato, que inicialmente comentou sobre os pronunciamentos regimentais do legislativo quando a pauta das sessões nem sempre eram o assunto principal dos debates, e assim, comentou sobre o discurso do Vereador Fábio dos Santos Mendes quando afirmava que o Catástrofe não fora uma promoção positiva para Cabo Frio, o que todos reconheceram, e ainda falava da necessidade de ser restabelecida a imagem de Cabo Frio como instância turística observando que o Governo Municipal também dispunha de tais dados e que assim providências seriam adotadas. Prosseguindo, disse que diante de tal tragédia o Governo Municipal nos primeiros instantes tomara todas as providências, determinando ações para conforto das famílias atingidas. Destacou ainda a participação do Câmara Municipal na pessoa do seu Presidente Antônio Carlos de Carvalho Trindade, colocando a disposição toda a estrutura do Poder Legislativo. Disse ser importante tal comentário porque o Vereador não podia continuar sendo o "patinho furado" da história política, carregando o ônus da corrupção, e de outros procedimentos menores da vida pública, e assim, a presença do Presidente Antônio Carlos de Carvalho Trindade, desde o primeiro instante da tragédia sem hesitação e missão que era mais do que uma obrigação, mas o dever de explicar a seriedade societária do Poder Legislativo. Adiante, disse que a notícia boa não era notícia como afirmou o Vereador Fábio Mendes, no entanto, quando o Catástrofe dedia cerca de 12 minutos para noticiar o naufrágio do Tona Galea, os presentes entendiam e aceitavam o fato como uma fatalidade que poderia ter ocorrido em qualquer lugar. Comentou também que até a saída da Boca da Barra uma lancha da Capitania dos Reis comparecera o Tona Galea, e que outros dois barcos também haviam sido autorizados para cumprir um percurso que já era tradicional, e assim manifestava sua preocupação quando o impresso noticiava o interdício do "estabelecimento elandestino", como se o estalado fosse o dono de tal estabelecimento. Fricou e seguiu, que o momento



não era de culpar a este ou aquele, mas fundamentalmente que fossem apuradas responsabilidades. Encerrou sua fala afirmando estar com sentimento de dignidade no exercício de seu mandato, parabenizando ao Presidente do Conselho pelo atitudes durante os primeiros instantes da tragédia, marcando a presença do Poder Legislativo junto ao Executivo, e mais, refletindo o pesar de por estarem se continuando na direção dos trabalhos o Senhor Presidente agradeceu aos Vereadores Emanuel Fernandez, Augusto Salvador Miranda de Carvalho e Altomar Graça da Silva que no dia do acidente colocaram a disposição as ambulâncias que atendiam aos seus níveis sociais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus, marcando Extraordinária para dentro de dez minutos e para constar mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação de núncia, aprovada, será assinado para que produza seus efeitos legais.

*[Assinatura]*

Ata do 2º Sessão Extraordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Pat. Gro, realizada no dia 22 (vinte e dois) de abril do ano de 2003 (dois mil e três)

Às quinze horas do dia 22 (vinte e dois) de abril do ano de 2003 (dois mil e três) sob a Presidência do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Trindade e com a auspensão da Primeira Secretaria pelo Vereador Vilas Rodrigues Berti, reuniu-se Extraordinariamente a Câmara Municipal de Arboim. Após isso, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Augu Silva da Rocha, Aires Bessa de Figueiredo, Amaury Valério Thomaz Júnior, Augusto Salvador Miranda de Carvalho, Eduardo Pereira Neto, Emanuel Fernandez Freire da Silva, Gustavo Antônio Guimarães Bragança, Fábio dos Santos Mendes, José Eduardo Silva de Almada, Luis Carlos Lobo Filho, César da Guia Almada, Ricardo Ferrero da Fonseca, Rui Pacheco de Faria e Volney Rodrigues da Silva. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foi aprovado parecer favorável em pontos das Pautas Sociais (técnicos) ao Projeto de Lei nº 005/2003. Nada mais havendo a tratar, o Senhor de